

5 Conclusão

Os episódios de violência na Bósnia e em Ruanda analisados nesta dissertação apontaram para como a violência contra o gênero passou a ser utilizada como uma arma de destruição da identidade representada como inimiga em cenários de genocídio. Tendo em vista esses padrões de violência, o presente trabalho pretendeu contribuir para uma maior compressão a respeito da relação entre gênero, identidade e violência no contexto dessas dinâmicas e, em especial, no genocídio de Darfur. O nosso objetivo era entender como as percepções e as condutas dos perpetradores são informadas por pressupostos de masculinidades e feminilidades que constituem, assim, a sua atuação nesses contextos.

Ao utilizarmos as contribuições dos estudos de gênero nas Relações internacionais, foi possível demonstrar que a violência e o conflito não são construídos de maneira neutra, mas se encontram permeados por construções e expectativas de gênero. A vertente pós-estruturalista de gênero nos proporcionou o arcabouço necessário para problematizar os efeitos políticos e as inseguranças decorrentes da categorização dicotomizada entre masculino versus feminino. Podemos defender, assim, que a diferenciação entre homens e mulheres e entre masculinidades e feminilidades, longe de naturais, foram produzidas no tempo e no espaço por meio de relações de poder, que devem ser desnaturalizadas. Essas relações de poder atuam impondo distinções binárias com significados carregados de construções de hierarquia.

As próprias construções culturais do Estado e do militarismo moderno socializam os homens como combatentes/heróis/provedores/decisores, enquanto as mulheres são reproduzidas como vulneráveis/ dependentes/ reprodutoras do grupo. Em função desse papel, a mulher é colocada nos discursos modernos de segurança normalmente como o elemento de vulnerabilidade do grupo. Por conseguinte, as atividades militarizadas são construídas a partir de pressupostos de uma masculinidade hegemônica essencializada, conectada à figura do homem

capaz de proteger o seu grupo a partir da exaltação de características tais como objetividade, racionalidade, heterossexualidade, poder e força.

Quando ignoramos as relações de poder por trás dessas construções, permitimos a naturalização e a despolitização acerca dos diferentes papéis e expectativas atribuídos a homens e mulheres. Tais construções, conforme pudemos constatar, acarretam inseguranças e vulnerabilidades distintas nos contextos de violência e, conseqüentemente, nos genocídios.

No entanto, o capítulo 3 ressaltou como a literatura inicialmente produzida para reconhecer esses efeitos diferenciados de insegurança reduzia a violência contra o gênero à violência sexual (contra a mulher). Por conseguinte, a própria construção do conhecimento dos estudos de gênero reificava a dicotomia mulher-vítima *versus* homem-perpetrador e silenciava os efeitos das construções de gênero também para homens e meninos nesses contextos. Com isso, os homens se tornavam os “sujeitos ausentes” das Relações Internacionais no que dizia respeito à sua vitimização.

Ao longo do capítulo 3, ao apreciarmos como homens e meninos também foram vítimas das violências contra o gênero em Ruanda e na Bósnia, defendemos a adoção de uma abordagem mais inclusiva de gênero, i.e., que contemple como homens e mulheres do grupo-alvo experimentam a insegurança nos genocídios.

Em função disso, incorporamos as críticas e as contribuições de autores como Adam Jones e Charli Carpenter, combinando-as com o instrumental teórico fornecido pelo pós-estruturalismo. Enquanto os primeiros nos forneceram evidências da vitimização masculina em casos anteriores de genocídio e do silenciamento dessa questão pela literatura feminista, o pós-estruturalismo nos permitiu destacar como as construções de masculinidade(s) e feminilidade(s) se articulam, produzindo hierarquias que afetam de maneira diferenciada os homens e mulheres dos diversos grupos que estão interagindo na dinâmica do conflito. Ainda a partir da contribuição pós-estruturalista, foi possível apontar a existência de múltiplas masculinidades e feminilidades, que se estruturam nas relações de poder entre os grupos (Hooper, 2000; Steans, 2006). Essa visão foi essencial para entendermos os efeitos da imposição da masculinidade hegemônica do grupo perpetrador em relação às masculinidades e feminilidades subordinadas, representadas por homens e mulheres dos grupos-alvos, nas dinâmicas genocidas. Essa construção perpetua, assim, o gênero como uma relação de poder. Por meio

desses padrões, o perpetrador visa emascular o grupo-alvo, ou seja, eliminando, assim, qualquer traço de masculinidade (i.e., força, resistência, decisão) existente naquela identidade construída como inimiga.

A aplicação do pós-estruturalismo, em especial das contribuições de David Campbell e Lene Hansen abordadas no capítulo 2, também nos permitiu apontar para o caráter relacional, discursivo, contingente e político das identidades, em geral (Campbell, 1998a; Hansen, 2006). Essa percepção foi fundamental para discutirmos como se deu a formação das alteridades em cada contexto de genocídio, explicitados nos capítulos 3 e 4. Foi possível notar, portanto, que as identidades não possuem uma essência fixa ou objetiva, mas são continuamente (re)construídas no contexto político em função de relações de poder e hierarquização (Campbell, 1998a; Hansen, 2006).

Como as identidades se constituem na sua relação com a diferença, o processo de formação de identidade possibilita que a construção de hierarquias que posicionam o “eu” em relação ao “outro”. Esse posicionamento do “eu” em um espaço moral distinto legitima diferentes opções que se tornam possíveis para lidar com a alteridade (Campbell, 1998a; Hansen, 2006).

O genocídio, conforme foi possível perceber, requer a formação de uma alteridade radical em relação à identidade do perpetrador. Assim sendo, as perspectivas de Hansen e Campbell nos possibilitaram analisar as mudanças e as rearticulações identitárias entre os diferentes grupos na Bósnia, em Ruanda e Darfur e como, nesses casos, o contexto político abriu espaço para o desencadeamento do genocídio como opção política.

A abordagem de Hansen foi útil ainda no sentido de nos fornecer a perspectiva de como nem sempre a identidade é formada pela oposição ao “outro”. No caso de Darfur, por exemplo, foi constatada a formação de uma identidade por aproximação entre os grupos “não-árabes”/ “africanos”, que se identificaram em função de sua marginalização política, econômica e identitária.

O genocídio, portanto, não era um caminho inevitável na relação entre essas diferenças, mas foi fruto da articulação de identidades e discursos de segurança. Tais discursos autorizam certos tipos de posturas adotadas em função do ideal de unificação e homogeneização de identidades, que acompanha as práticas modernas do Estado (Campbell, 1998a; Rae, 2002).

A partir da análise da formação de alteridades radicais, que permitem a eclosão da violência genocida, esta dissertação buscou discutir como as identidades de gênero se articulam nesse processo. Tal articulação permite, assim, o desencadeamento de diferentes padrões de violência contra o gênero perpetrados *sistematicamente* e em *larga escala* nesses cenários.

Destacamos, nesse sentido, a importância dos estudos que agregam o gênero e o genocídio e a relevância de adotarmos uma nova concepção do termo generocídio que incorpore de maneira realmente ampla e abrangente todos os tipos de violência contra o gênero cometidos durante os genocídios, i.e. com a intenção de destruição do grupo-alvo.

As análises realizadas nos capítulos 3 e 4 nos permitiram perceber como há construções de gênero que guiam o entendimento dos cenários de genocídio na Bósnia, em Ruanda e em Darfur. A utilização da violência contra o gênero, nesses contextos, atua como uma manifestação violenta das relações de poder nas quais o gênero produz performances de violência, comunicando masculinidade e dominação.

O generocídio é fruto de um processo de construção identitária informado por construções modernas de militarismo que combina gênero e identidades inassimiláveis com o processo de vitimização (Holter, 2004, p. 63). A importância do termo generocídio está justamente em politizar a perpetração desses tipos de violência nesses cenários, ressaltando as consequências das dinâmicas de gênero para a segurança de homens e mulheres no decorrer das práticas genocidas.

Conforme nos informa o pós-estruturalismo, a masculinidade atua como relação de poder. As construções de militarismo e masculinidade presentes no Estado moderno tendem, portanto, a masculinizar a figura do inimigo a quem são destinados (preferencialmente) os tratamentos diretamente letais. Dessa forma, o perpetrador age no sentido de impor a sua masculinidade como a masculinidade hegemônica de modo a subordinar e aniquilar os elementos de masculinidade (lidos como sinônimo de força e poder) do “outro”.

Ao ter sua imagem ideal associada aos valores de castidade e à reprodução do grupo, as mulheres do grupo rival geralmente são atacadas como procriadoras e como uma mensagem aos homens do grupo atacado de sua fraqueza e subordinação. Ademais, ao minuciar a construção social das mulheres nos capítulos 3 e 4, constatamos que esses grupos também são poupados em função de

uma imagem de maior vulnerabilidade e por representarem uma ameaça política menos nociva (Carpenter, 2006b). Esses capítulos evidenciaram essas construções na Bósnia, em Darfur e também nos primeiros momentos do genocídio em Ruanda.

Conseqüentemente, convém desmascarar como o gênero constitui as identidades de modo a politizar a violência contra o gênero. Esse movimento de desnaturalização é essencial para que esse tipo de crime não seja considerado um resultado inevitável dos conflitos, mas sim como conseqüência de construções específicas na conjuntura dos genocídios.

Todavia, ao explorarmos as construções da identidade inimiga e a sua interação com a identidade de gênero em Ruanda e na Bósnia foi possível perceber que esse duplo padrão de perpetração não é sempre idêntico e pode sofrer modificações ao longo do seu desencadeamento. Assim, enquanto na Bósnia, as mulheres foram mais poupadas das execuções sumárias, em Ruanda, isso ocorreu apenas no momento inicial do processo de genocídio. Posteriormente, a construção das mulheres Tutsis como um inimigo político sexualizado e que trabalhava diretamente para a destruição dos Hutus estimulou também o massacre dessas mulheres, geralmente após o seu estupro.

Dessa forma, iluminamos como o gênero constitui os padrões de vitimização a partir de construções de masculinidade e feminilidade que se dão no caso concreto, i.e., de acordo com as articulações políticas do local, e não de maneira universal. No entanto, haja vista que o gênero tende a pautar as relações entre homens e mulheres e que a relação de masculinidade(s) é tende a ser vista como hierarquicamente superior às de feminilidade(s), há uma tendência em se identificar padrões semelhantes de perpetração nesses cenários.

O capítulo 4 apontou como, no genocídio de Darfur, os perpetradores constroem a imagem do “outro” a partir da interação entre múltiplas identidades (“etnia”, religião, filiação política, etc.), que se somam à identidade de gênero e, então, passam a atuar para subordinar a representação da alteridade.

Durante esse conflito, portanto, passou a haver uma manipulação de identidades que opõem os árabes aos “não-árabes”. O conflito vem, a partir dessa manipulação, ganhando uma conotação identitária com intento genocida para conseguir, pela força, a “homogeneização patológica” (Rae, 2002) que vem sendo tentada desde a independência do Sudão.

Para identificarmos esse aspecto, foi destacado o papel do Estado islâmico no Sudão em construir oficialmente a imagem de cidadãos e cidadãs ideais, determinando por meio de medidas públicas o comportamento e a vida privada de homens e mulheres sudaneses. Esses discursos permitiram que os homens e mulheres de Darfur fossem gradualmente sendo inseridos como um “outro” cada vez mais distante do espaço moral ocupado pela identidade nacional. Essas medidas, vale destacar, demonstram a artificialidade realizada pela disciplina tradicional entre o público e o privado e a necessidade da superação dessas fronteiras disciplinares para compreendermos as dinâmicas e as construções que permeiam os conflitos.

Ao examinar os relatórios das organizações internacionais e o depoimento dos sobreviventes aos ataques às vilas de Darfur, foi possível identificar como as identidades de gênero também se mostraram presentes na atuação dos perpetradores. Os relatórios de organizações como a Human Rights Watch, Anistia Internacional e Médicos Sem Fronteiras, por exemplo, indicaram que os homens e meninos dos grupos “não-árabes” são massacrados, enquanto o estupro tem sido perpetrado de maneira deliberada e sistemática, principalmente contra mulheres e meninas dessas coletividades. Deixamos claro, no entanto, que, assim como ocorreu nos demais casos, esses padrões não são exclusivos, mas apenas apontam para uma preferência informada por construções e expectativas de gênero que guiam o entendimento da zona de genocídio.

Dessa forma, os grupos identificados como o “outro” pela identidade nacional sudanesa idealizada pelo Estado islâmico são vitimizados por esse duplo padrão de perpetração com vistas a impedir a perpetuação futura dessa identidade construída como nociva. Assim, homens e meninos estão sendo mortos, pois não apenas representam resistência física e política aos olhos do perpetrador, mas também em função do objetivo de impor a masculinidade árabe-islâmica como norma, i.e., como a masculinidade hegemônica no seio daquela sociedade.

Os padrões que observamos durante os ataques em Darfur são mais semelhantes aos que ocorreram na Bósnia. Consoante apontado no capítulo 4, os homens são selecionados para as execuções sumárias enquanto as mulheres tendem a ser mais poupadas. A percepção dessas mulheres como uma ameaça menos direta somada à construção patrilinear da hereditariedade desses grupos

conduz a outro ponto de encontro entre esses dois cenários, qual seja, a utilização da gravidez forçada como instrumento de difusão da identidade do perpetrador.

O relato selecionado abaixo evidencia, mais uma vez, a relação entre a alteridade “não-árabe” demonizada e as práticas para a reestruturação da configuração identitária do território sudanês por meio da reprodução sexual violenta:

“The first man went off in pursuit of other women, while the second tore off her tobe, a large veil that covers the head and body, and screamed at her: ‘Unclean slave! I will give you a pale-skinned baby.’ Then he thrust himself upon her so violently, she bled: ‘Slave woman! Your children will be Arabs, and they will inherit this land’” (Mc Ferran, 2007)¹⁶⁰.

Assim sendo, por meio dessas práticas, o Estado tenta impor a identidade árabe-islâmica como norma a partir de um ideal de “homogeneização patológica” que envolve a destruição da alteridade vista como inferior/ameaçadora à ordem vislumbrada para a nação (cf. Rae, 2002).

Assim como na Bósnia, essas vítimas também são preservadas como uma “mensagem” aos demais elementos do grupo, perpetuando na coletividade da qual fazem parte uma sensação de medo e vulnerabilidade (Gingerich e Leaning, 2004, p. 18). Ademais, em função da valorização da castidade feminina nesses grupos, a violência sexual contra suas mulheres promove a ruptura gradual dos laços comunitários, já que as vítimas passam a ser rechaçadas pelo Estado, por sua comunidade e, muitas vezes, por suas próprias famílias (Ibid., p. 18).

Haja vista a construção social dessas mulheres, no contexto cultural, como uma “propriedade dos homens”¹⁶¹, a violência sexual “becomes defined not as an offense against the women’s bodily integrity but as an offense against the property rights of the men who is her guardian” (Das, 2008, p. 291-2). No Sudão, essa construção se torna aparente pelo próprio tratamento penal do estupro. Se a mulher não possuir pelo menos quatro testemunhas masculinas da violência sexual, ela própria pode ser condenada por adultério. Isso significa que o Estado considera o marido e/ou os homens da família como os lesados pelo ato e não a própria vítima que, nesse contexto, se torna culpada pela violência a qual foi submetida.

¹⁶⁰ Disponível em: <<http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/africa/article2489206.ece>>. Acesso em: 30 de Março de 2009.

Essas construções informam as percepções e condutas dos perpetradores durante os genocídios, gerando um duplo padrão de perpetração de violências contra o gênero que é perpetrado de maneira sistemática contra homens e mulheres da alteridade entendida como ameaçadora. Ao iluminarmos as dinâmicas identitárias presentes na Bósnia e em Ruanda, foi possível perceber a importância desses episódios para a construção do conhecimento nos estudos de gênero.

Conforme pode ser constatado pelos capítulos 3 e 4, Ruanda, Iugoslávia e Sudão apresentam muitas semelhanças nas suas construções de gênero e na relação existente entre gênero, intersubjetividade e violência nas dinâmicas genocidas. Em todos esses contextos, os perpetradores tiveram a sua atuação e percepção constitutivamente informadas por construções sociais de gênero, ou seja, suas condutas refletem pressupostos acerca de construções de masculinidade(s) e feminilidade(s) que influenciam os tipos de violência contra o gênero utilizados sistematicamente e em larga escala contra homens e mulheres.

Destarte, em momento algum buscamos afirmar que essa relação é idêntica e universal para todo e qualquer contexto de genocídio. Na verdade, foi justamente em função disso que buscamos evidenciar como as construções locais de gênero interagiram com a imagem realizada pelo perpetrador do “outro”.

No entanto, cabe ressaltar que o modelo do Estado moderno adotado globalmente provocou uma tendência à uniformização e padronização das relações de gênero e das práticas modernas de militarismo intimamente associadas à masculinização do combatente e do cenário de conflito. Essas construções não são de forma alguma naturais ou inevitáveis, conforme já destacamos exaustivamente em outros momentos. Todavia, elas se encontravam em vigor em Darfur, na Bósnia e em Ruanda e influenciaram o resultado político da perpetração da violência.

Os padrões de perpetração *poderiam* ter sido diferentes em Darfur se, por exemplo, não tivesse ocorrido o deslocamento da identidade matrilinear dos povos “não-árabes” para a adoção da patrilinearidade, que ocorreu com a islamização do Estado¹⁶². Ou ainda, se as mulheres continuassem a ter um papel forte na

¹⁶¹ Tradução livre

¹⁶² A transição da matrilinearidade para a patrilinearidade adotada a partir da islamização do Estado foi destacada por Iyob e Khadiagala (Iyob e Khadiagala, 2006, p. 510).

organização da esfera pública, assim como ocorreu ao longo do sultanato Fur, ou seja, antes de Darfur fazer parte do Sudão. Durante o sultanato, havia uma forte influência das mulheres no próprio sistema de governo, em especial no que diz respeito à figura da mãe do sultão, conhecida como o “poder atrás do trono” e, principalmente, da irmã mais velha do sultão (Prunier, 2005, p. 12) . Zamzam Umm an-Nasr, irmã mais velha do sultão Muhammas al-Hussein, chegou a governar de fato o sultanato em 1856 quando seu irmão ficou cego (Ibid.). A islamização do Estado do Sudão, no entanto, consolidou o papel silenciado da mulher na esfera pública.

Dessa forma, a adoção de relações de gênero influenciadas pela construção do Estado moderno (que reproduz a divisão dicotomizada entre mulher-passiva-apolítica-esfera privada e homem-forte-decisor-esfera pública) foi fundamental, em conjunto com as construções locais de inimigo, para informar as condutas dos perpetradores nesses casos. Essa constatação nos leva a confirmar a nossa hipótese inicial de que *a construção social de gênero atua constitutivamente nos padrões de atuação do perpetrador durante os genocídios, informando suas condutas a partir de construções hierárquicas de masculinidade e feminilidade.*

Tendo em vista as construções presentes no Estado moderno que associam o militarismo a características estreitamente ligadas ao exercício da masculinidade, os perpetradores, que estão inseridos em uma zona de conflito, agem informados por uma estrutura interpretativa constituída por discursos essencializados¹⁶³ de gênero, segundo a qual homens e meninos são interpretados como inimigos mais perniciosos (Jones, 1994; Jones, 2004; Carpenter, 2006b).

Assim sendo, a construção de gênero constitui uma relação de poder que subordina as mulheres em tempo de paz, mas que, em tempos de conflito, acaba possuindo efeitos letais também para os homens. Em tempos de paz, o gênero atua colocando as mulheres fora da esfera política, reforçando a sua imagem como restrita ao lar, ao lado maternal e reprodutor. Em tempos de guerra, no entanto, a imagem que hierarquiza o homem como o protetor, o garantidor da existência do grupo e a força física acaba fazendo com que esses homens sejam os primeiros

¹⁶³ Essa concepção, que orienta a atuação dos perpetradores, une as noções de gênero e sexo, realizando uma oposição rígida entre masculinidade *versus* feminilidade. Essa dicotomia contribui para a existência de um conceito de masculinidade segundo o qual os homens são vistos como fortes, protetores, agressores em potencial, enquanto mulheres são interpretadas como mais frágeis, vulneráveis e sexualizadas (Carpenter, 2006b)

alvos de massacres, pois é a eles que se faz necessário aniquilar, se o objetivo é minar a força de resistência do grupo-rival.

No entanto, não estamos afirmando que esse padrão de perpetração permanecerá imutável na dinâmica do próprio conflito. Conforme visto na apreciação do genocídio de Ruanda, as mulheres passaram a ser perseguidas em função da forma como a sua imagem foi reformulada em determinado ponto do conflito. Essa mudança parece também estar ocorrendo em outras partes do Sudão como no conflito do sul. Em setembro de 2009, foi constatado que mulheres e crianças estavam sendo alvos mais frequentes dos massacres no sul do Sudão. Jonathan Whittall, chefe do MSF no sul do Sudão declarou ao IRIN que “*women and children, usually spared in this fighting, are now deliberately targeted and the number of deaths (is) higher than the number of wounded*” (apud IRIN, 2009 – ênfase minha)¹⁶⁴.

Como destacado no capítulo 4, os padrões observados em Darfur também se manifestam de maneira mais ou menos semelhante em outros conflitos do Sudão. Em função disso, é necessário observar se esses padrões de violência também podem ser modificados no curso da violência em Darfur.

Nesse sentido, uma possibilidade de agenda de pesquisa futura seria escrutinar como as mulheres do sul do Sudão estão tendo a sua imagem construída no discurso do perpetrador e de que forma as construções de gênero podem estar influenciando esse padrão. Ademais, é necessário monitorar se há a possibilidade de esse padrão também ser modificado no curso do genocídio de Darfur tal qual ocorreu em Ruanda.

Necessário se faz, portanto, que a produção de conhecimento e as políticas humanitárias em campo leiam atentamente os padrões de violência contra o gênero que estão se desencadeando no caso concreto, superando assim leituras automáticas da vitimização. Assim como demonstrou Carpenter, a leitura enviesada acerca da maior vulnerabilidade de mulheres e crianças não afeta apenas a construção do conhecimento, mas possui conseqüências políticas cruciais na dinâmica desses genocídios e na prática das políticas humanitárias nessas conjunturas (Carpenter, 2006b). No caso de Srebrenica, por exemplo, a

¹⁶⁴ Disponível em: <<http://www.irinnews.org/report.aspx?ReportID=86000>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2010.

evacuação de civis da área, realizada pelo ACNUR, restringiu-se apenas às mulheres, crianças e idosos por uma limitação imposta pelos próprios sérvios e essa decisão foi prontamente acatada pela ONU que ignorou a proteção igualitária aos dois gêneros (Jones, 1994; Carpenter, 2006b). Segundo a análise de Carpenter, as evacuações seguiram a seguinte ordem de preferência: doentes, feridos e grávidas; todas as mulheres, crianças e idosos. Ou seja, os homens em idade de combate sequer eram considerados, apesar de haver o conhecimento de que, com a invasão, os principais alvos seriam os homens e os meninos em idade de combate (Carpenter, 2006b, pp. 144-5; Ibid., 154-5). De acordo com Carpenter, os funcionários da ONU “expressed a sense that their mandate did not include advocacy for adult male to the same extent as for the women and the children” e completa:

“Simply put, excluding men was not considered a form of gender discrimination or a violation of humanitarian rules regarding the distribution of assistance. Although the Geneva Convention prohibit ‘adversely distinguishing’ between civilians on the basis of sex when implementing humanitarian law, this concept is understood only to apply to discrimination against women.” (Carpenter, 2006b, p. 158).

A incapacidade de interpretar a atuação dos genocidas e a implementação padronizada de políticas humanitárias por parte da ONU permitiram, por exemplo, que o batalhão da UNPROFOR colaborasse com as tropas sérvias e facilitasse o massacre de 8.000 homens e meninos em Srebrenica.

Nesse sentido, a autora identifica uma tendência das organizações internacionais de interpretar a categoria de civis vulneráveis como equivalente a mulheres e crianças (Carpenter, 2006b). O estudo mais aprofundado dos genocídios de Darfur, Bósnia e Ruanda nos mostraram como essa presunção, além de falha, possui consequências políticas dramáticas para a segurança desses indivíduos.

É interessante destacar aqui uma constatação feita por David Campbell ao analisar as fotografias de reportagens produzidas pelos jornais The Guardian and The Observer sobre o conflito de Darfur. Em relação a essas fotos, Campbell observa a existência de uma “overwhelming emphasis on women and children as refugees” (Campbell, 2007, p. 368). A intenção de Campbell com essa informação era apontar como isso apresenta uma imagem do conflito que perpetua a relação de poder entre o observador da foto e a apatia e falta de esperança do povo

afetado, já que essas fotografias - reproduzidas de maneira descontextualizada - reforçam a passividade dos africanos.

No entanto, gostaríamos de apontar um outro aspecto que é revelado por essa constatação de Campbell: a ênfase nas imagens de fragilidade de mulheres e crianças ocorre porque, a nosso ver, são esses grupos o que despertam a atenção da sociedade internacional acerca dos conflitos. Ao enfatizar o sofrimento dessas vítimas, essas representações constroem o conflito como mais cruel - que não poupa sequer *mulheres e crianças inocentes*¹⁶⁵. Esse tipo de abordagem ressalta uma categoria que une esses sujeitos em sua fragilidade/incapacidade e, ao mesmo tempo, silencia o sofrimento de outras vítimas igualmente inocentes e vulneráveis: os homens e meninos civis (Cf. Carpenter, 2006b). Conforme aponta Charli Carpenter a esse respeito, as vítimas masculinas não causam tanta comoção, pois são interpretadas - tanto pelos perpetradores quanto pela sociedade internacional, em geral - como menos vulneráveis, já que a sua imagem é sobreposta à imagem de combatentes/guerreiros/vítimas legítimas dos conflitos (Carpenter, 2006b).

Vale ressaltar novamente que este trabalho não busca de forma alguma desconsiderar ou tornar menos relevante os tipos de violências enfrentados por mulheres e meninas. É necessário destacar que a inserção da mulher como agente, o reconhecimento do seu silenciamento e das violências perpetradas contra elas constituem em um avanço crucial para a superação das construções de gênero que legitimam a posição feminina em um *status* inferior de cidadania. Trata-se de questão que deve continuar a receber esforços no sentido da construção de sociedades nas quais as mulheres possam ter suas vozes e demandas incorporadas e, por conseguinte, consigam se inserir de maneira igualitária e sem sofrer violências e opressões.

Todavia, o problema que se coloca é a visão de que a perspectiva feminina é a única a ser contemplada pelas políticas e análises de gênero, o que se constitui

¹⁶⁵ O termo *mulheres e crianças inocentes* é uma referência direta e uma adaptação da expressão em inglês “*women and children*” criada por Cynthia Enloe. De acordo com Sjoberg e Gentry: “Enloe uses “*women and children*” in one word to demonstrate the tendency of leaders, militaries, and activist groups alike to conflate women, children, and women with children as a group of people generally without agency in war, as the ‘victims’ to be protected or to be discarded, rather than as participants whose voices require consideration.” (Sjoberg e Gentry, 2007, p. 226 – nota 4). Além desse aspecto, ao adaptar o termo em português, buscamos fazer uma referência direta ao título e ao argumento de Carpenter no livro “*Innocent Women And Children: Gender, Norms And the Protection of Civilians*” (2006b) no qual a autora aponta a existência de uma pressuposição automática de mulheres e crianças como mais inocentes nos conflitos armados, sem que haja uma consideração da vitimização dos homens.

em um discurso totalizante que silencia outros tipos de violência baseados nos mesmos tipos de construção de gênero que servem para vitimizar a mulher. Desse modo, a violência contra homens civis, igualmente vulneráveis a mulheres civis, acaba sendo negligenciada.

Em suma, esta dissertação busca destacar que o problema a ser enfrentado não deve ser pautado pela discussão de qual gênero que é o mais afetado, mas sim perceber que durante o conflito as construções de gênero se manifestam e afetam tanto homens quanto mulheres de acordo com diferentes padrões de violência. Uma vez reconhecida essa questão, a análise do conflito deve levar em consideração essas diferentes dinâmicas e, por conseguinte, as políticas de gênero necessitam responder a esses diferentes aspectos, i.e, sem negligenciar um lado em detrimento do outro em função de um julgamento *a priori* de que as mulheres são mais frágeis/vulneráveis.

Tal presunção, vale dizer, acaba por reificar as mesmas construções de gênero que colocam a mulher como um ser frágil e dependente, que as leituras feministas buscam superar¹⁶⁶. Desse modo, é necessário incorporar, portanto, as violências contra homens e meninos na construção do conhecimento e nas políticas de ação humanitária por meio da conscientização acerca desses problemas e buscando a prevenção e punição desses crimes. Para isso, é necessário lidar com as causas e com as consequências dessas violências e não por meio de pré-conceitos acerca da vitimização.

Justamente em função disso, outra agenda de pesquisa futura – com que não conseguimos lidar nessa dissertação em função da ausência de dados a respeito – é a forma como as organizações internacionais, especialmente a ONU e, conseqüentemente, a UNAMID estão respondendo em suas ações humanitárias a esses padrões de violência em campo.

Cabe, por fim, uma observação. O objetivo desta dissertação foi ter como foco de análise os padrões de violência *contra o gênero* que ocorrem durante o genocídio de Darfur de modo a politizar a ocorrência dessas agressões. Entretanto, vale destacar que essas não são as únicas formas de vitimização que ocorrem durante genocídios. Há, no caso de Darfur, muitos casos de mortes indiretas - oriundas de doenças, fome e falta de água potável, por exemplo - também

¹⁶⁶ Uma análise crítica mais profunda a esse respeito pode ser encontrada em Charlesworth, 2005.

provocadas pelo conflito, i.e., pela atuação criminosa do Estado sudanês que manipula e impede a distribuição de ajuda humanitária, assim como a melhoria das condições de vida das populações identificadas com a alteridade. As análises desses tipos de violências indiretas (porém não menos criminosas) e como elas estão afetando as populações não podem ser ignoradas pelos pesquisadores e são também mais um ponto relevante para as agendas de pesquisa sobre os genocídios, em geral, e o genocídio de Darfur, em particular.

Por fim, ressaltamos a necessidade de que a construção do conhecimento e as políticas de proteção e assistência a civis respondam às dinâmicas do conflito, contemplando, portanto, as violências contra o gênero que também afetam homens e meninos. Enquanto essas questões continuarem a ser silenciadas, os estudos de gênero e Relações Internacionais permanecerão apenas em sua infância.